

Covas vai propor à bancada do PMDB diretas em 88

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, avisou na segunda-feira passada ao presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, que vai abrir a reunião da bancada, semana que vem, com discurso defendendo a realização de eleições diretas para presidente da República em 1988. Disse também que na convenção nacional do PMDB, convocada para 13 e 14 de junho, insistirá na fixação de um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney.

Covas acertou com os líderes do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e na Câmara dos Deputados, Luís Henrique, uma ação conjunta pelo mandato presidencial de quatro anos. A reunião da bancada de constituintes foi convocada por ele com o objetivo de pôr a questão em debate do partido antes da convenção.

Na reunião da executiva nacional do PMDB, Covas foi um dos maiores defensores da convocação da convenção, rebatendo os argumentos em contrário levantados pelo líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna. "Eu não aceito a tese do direito adquirido", disse, rejeitando o argumento de que Sarney deve governar até 1990 porque a atual Constituição, pela qual foi eleito, dá seis anos de mandato ao presidente da República. Mas concordou com Sant'Anna em que não existe possibilidade de fechamento de questão na convenção. A concordância parou aí:

"É certo que nós lutamos pela soberania da Constituinte, mas temos igualmente o dever da discussão interna no partido."

Covas deu uma estocada também no deputado Ulysses Guimarães, ao acentuar que só os convencionais do PMDB podem decidir se o partido aceita que o mandato de Sarney deva ser igual ao de seu sucessor. Ulysses viu-se obrigado a explicar que suas conversas com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves (PFL), e com o presidente para definir a duração do mandato "não significam decisões".

Coube ao senador Fernando Henrique Cardoso e ao ex-deputado João Gilberto contestar a tese do deputado Carlos Sant'Anna, para quem caberia ao diretório nacional, e não à executiva, convocar a convenção. O único a vir em socorro de Sant'Anna foi o deputado Roberto Cardoso Alves (SP), que propôs seis anos para Sarney e cinco para o sucessor. Embora a proposta tenha sido formalmente recebida para deliberação dos convencionais, Cardoso Alves fez uma declaração de quem já se considera derrotado: "A convenção vai ser uma fantasia."

Decisão sobre mandato vai à convenção

BRASÍLIA — O PMDB vai definir a duração do mandato do presidente José Sarney numa convenção nacional que se realizará em Brasília nos dias 13 e 14 de junho. A proposta, do deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), foi aprovada ontem pela Executiva nacional do partido, por maioria de votos. Votaram contra apenas o líder do governo, Carlos Santana (BA), e o deputado Roberto Cardoso Alves (SP), do grupo moderado.

Como não existe mais o instituto da fidelidade partidária, qualquer que seja a decisão da convenção ela não terá força para impedir a livre manifestação dos parlamentares pemdebistas na Constituinte. Entretanto, a simples reunião do órgão máximo de deliberação do partido — o que significa ouvir efetivamente as suas bases — colocará a discussão em outro plano, levando-a para um tom mais próximo do que se ouve nas ruas.

— O mandato não deve ser discriminado. Quando se fixar um período, ele deve ser extensivo a todos os presidentes, inclusive ao presidente Sarney. Pessoalmente, acho que o mandato deve ser de cinco anos, até com parlamentarismo, se for o caso — disse o presidente do PMDB, que pela primeira vez admitiu a idéia do regime parlamentarista.

Ironias — A maior resistência à convocação da convenção, durante a reunião, foi do líder Carlos Santana. Ele argumentou que a convenção não tem poder para determinar o voto dos constituintes, com o que concordaram até mesmo os defensores de sua realização. "Inclusive", disse Santana durante os debates, "eu já tinha ponderado isso ao meu presidente". Irônico, o deputado Heráclito Fortes (PI) provocou: "Para qual dos presidentes?" "Para os dois", res-

pondeu o líder, sugerindo que comentara o assunto com Sarney e com Ulysses. Não perdeu a oportunidade de dar uma estocada em Ulysses: "Até para os três presidentes. O da Câmara, o da Constituinte e o do partido"...

A Executiva do PMDB decidiu também convocar uma outra convenção, no segundo semestre, para revisão do programa e do estatuto do partido. Segundo o deputado Domingos Leonelli (BA), autor da proposta, o partido precisa de uma nova definição ideológica. Alguns pontos do estatuto já estão superados, como o artigo 3º, que diz que o partido será integrado por todos aqueles que estejam dispostos a lutar pela Constituinte.

Richa pede 5 anos em troca de novo regime

O senador José Richa reconhece que a tese do parlamentarismo, defendida no relatório do senador José Fogaça, está predominando dentro do PMDB e, por isso, a contragosto, revela que passou a aceitá-la, mas quer ampliar de quatro para cinco anos a duração do mandato do presidente da República. Richa, na verdade, defende esse sistema com a coincidência de mandatos, acoplado ao voto distrital, com um parlamento medianamente representativo do pensamento nacional e com partidos fortes.

Apesar de todos esses condicionantes que impõe para a adoção do sistema, Richa se curvou à vontade da maioria, por achar também que o próprio presidente José Sarney, ao pedir uma definição sobre seu mandato, precipita a discussão do tema. Justamente para evitar que fórmulas emergências predominem sobre as medidas permanentes, o senador sugere que, inaugurando-se o sistema dentro do próprio governo Sarney, seja determinado que, a partir de 1994, comece a haver coincidência das eleições.

O senador José Richa reconhece a gravidade da crise, mas a atribui em grande parte ao descompasso entre as lideranças políticas responsáveis pela sustentação do governo. Defende, nesse sentido, uma verdadeira arrumação da casa, começando pelo próprio PMDB. Ele quer que as lideranças do seu partido se reúnam e apurem as divergências para depois se acertarem com o PFL. Um tanto inibido, o senador admite que os interlocutores formais do presidente Sarney — o deputado Ulysses Guimarães, pelo PMDB, e o ministro Aureliano Chaves, do PFL — podem não estar mais falando em nome dos partidos, não porque tenham perdido suas lideranças, mas porque as bases partidárias estão distanciadas das cúpulas.

Sem base — De nada adianta, adverte Richa, o governo esforçar-se em busca de um plano econômico alternativo para a crise econômica, se não existe base de sustentação política para a execução de nenhum programa. Isso, na opinião do senador, não é culpa de Sarney, mas da própria Aliança Democrática. "O Bresser pode ter o melhor programa econômico do mundo, mas não vai dar certo porque não existe clima político para executá-lo."

Interlocutor dos setores militares mais importantes na estrutura do poder, o senador José Richa demonstra total tranquilidade quanto à posição das Forças Armadas: "O céu é de brigadeiro, não existe sequer uma nuvem." Acha que seus interlocutores militares estão conscientes de que as turbulências políticas são normais em uma fase de transição, não havendo, portanto, nenhuma razão para inquietação. Richa, por último, ressalta seu otimismo. Acredita que, com a necessária e urgente rearticulação das forças políticas que sustentam o governo, o presidente José Sarney terá mais condições para enfrentar a crise econômica.

Estados têm metade dos votos

A convenção nacional do PMDB tem 887 votos, mas o número de votantes é inferior porque alguns convencionais têm direito a mais de um voto. É o caso dos líderes na Câmara e no Senado, deputado Luís Henrique e senador Fernando Henrique Cardoso, que têm direito a quatro votos cada.

A convenção é formada por todos os deputados federais e senadores, os delegados regionais e os membros do Diretório Nacional. Em alguns casos,

onde se enquadram os dois líderes, um parlamentar é ainda delegado do seu estado e membro do Diretório. Além disso, tem direito a mais um voto na condição de líder no Congresso. Os delegados regionais serão os mesmos da convenção realizada em 6 de abril do ano passado, que reelegeu o deputado Ulysses Guimarães para a presidência do partido e elegeu o atual Diretório. Como não houve convenção regional em nenhum estado, os delegados permanecem os mesmos, e representam um total de 462 votos.

A representação federal do PMDB será responsável por 304 votos — 46 senadores e 258 deputados. O Diretório Nacional é composto de 119 votos, mais os votos dos dois líderes, o que totaliza 121. São nove os ministros que integram a convenção. Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda,

Iris Resende, da Agricultura, Dante de Oliveira, da Reforma Agrária, Paulo Brossard, da Justiça, e Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, Roberto Santos, da Saúde, Celso Furtaido, da Cultura, Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência, e Almir Pazzianotto, do Trabalho.

O deputado Ulysses Guimarães e o senador Mário Covas têm o mesmo peso na convenção, porque cada um tem direito a três votos — como parlamentares, como delegados do diretório de São Paulo e como integrantes do diretório nacional. Alguns dos governadores eleitos em novembro perderam direito e um voto porque deixaram de ser parlamentares, como Miguel Arraes, de Pernambuco, Waldir Pires, da Bahia; Pedro Simon, do Rio Grande do Sul; Alvaro Dias, do Paraná e Henrique Santillo, de Goiás.